

DESIDERATOS SOCIOPOLÍTICOS E TERRITÓRIOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANO DIRETOR DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/ MG

Valnei Pereira

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU/ USP); Mestre em Planejamento urbano e Regional (IPPUR/ UFRJ);
Geógrafo (IGC/ UFMG); Líder Análise Socioterritorial Tetra Tech Brasil; mail: valneipereira@uol.com.br

Fernanda Vargas Lima

Arquiteta e Urbanista (UPMackenzie), Esp. Economia Urbana e Políticas Públicas (PUC-SP);
Análise Socioterritorial Tetra Tech Brasil - São Paulo; mail: fvl.fer@gmail.com

Júlia Franco Prados Mello

Geógrafa (PUC-Minas), Análise Socioterritorial Tetra Tech Brasil - Belo Horizonte;
mail: juliafpmello@gmail.com.br

Participação Social no Brasil: entre desejos, planos e políticas

O Processo de participação popular no Brasil experimentou nas últimas décadas, desde suas bases institucionais, garantidas na Constituição de 1988 (Silva, et al., 2009), mas não só nela, uma configuração difusa, social e territorialmente, em que movimentos sociais, associações civis e novas articulações entre atores e agentes públicos e privados, apontam para seu aprofundamento, mas sobretudo uma complexificação socioespacial. Neste cenário conformado por um panorama de lutas, disputas, coalizões e conflitos constroem-se dinamicamente novos repertórios e sentidos para as políticas urbanas, em distintos arranjos socioterritoriais em escalas e níveis de remetimento. Nestas disputas, uma das arenas que se configura logo após o período da Ditadura e alcança consideráveis resultados a partir dos anos 1990, é a da participação popular nos processos decisórios, historicamente sob o controle e orientação dos interesses das classes dominantes. O desafio, nesta conjuntura, é exatamente fazer com que estas classes aceitem e, sobretudo perpetuem formas de participação igualitária que conviva e partilhe com novos e até então estranhos segmentos que ressurgem revigorados não somente por novos repertórios socioeconômicos e culturais, mas, sobretudo interesses continuados na gestão das políticas urbanas. Contudo, para conseguir alcançar essa equidade no processo, existe um passo muito distante que ainda não foi dado, pois a população que é parte das classes dominadas, como coloca Villaça (2005), de modo geral ainda não reconhece os direitos de todos e, sobretudo, de uma dimensão pública e democrática nos processos de construção de políticas e gestões, como é o caso na elaboração de um Plano Diretor.

Existe uma distância muito grande, entre o que está previsto e garantido por lei, que foi conquista dos movimentos sociais e o que de fato acontece nos momentos decisórios. Ou seja, apesar de existirem foros e processos institucionalizados que hoje resguardam e garantem a participação popular, essa ainda busca sua arquitetura nos processos a que se destina, como as políticas urbanas ou complexos processos de Licenciamento, como o caso do Projeto Minas-Rio que guarda relação direta com a premência do processo de revisão do Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro, aprovado em 2003 e que agora passa por uma revisão, sobretudo em face da transformação socioespacial motivada por este projeto. Remetendo ainda à Villaça (ibid, 2005), para quem a cidade é constituída de grupos que possuem interesses em comum e somente parte desses grupos tinham e continuam tendo espaço sobre essas discussões: *Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram – e continuam sendo – as classes dominadas, ou seja, a maioria.* (VILLAÇA, 2005: 50). Essa citação nos parece bastante oportuna para situar os desideratos no processo de participação e sobretudo seus resultados que apontam para a aprovação do seu novo Plano Diretor, concebido sob a égide da participação popular e que este texto busca reconstituir como experiência na relação entre grandes projetos e pequenas áreas urbanas às expensas da complexidade que é o território do município de Conceição do Mato Dentro. Numa acepção de território usado de Milton Santos, o esforço analítico conduz para uma análise que busca à luz dos processos de participação pública a referência para uma nova etapa da política urbana local.

Considerando todo o histórico de participação popular no país e a forma como vem acontecendo o processo até os dias atuais pode-se dizer que o Município de Conceição do Mato Dentro foi inovador na proposta de participação popular traçada para a revisão do seu Plano Diretor, contexto desta análise, buscando abranger a participação também de forma socialmente vertical levando a uma reflexão direcionada ao (re)conhecimento acerca do processo de elaboração, e promovendo, de algum modo, a participação no processo decisório, mas não somente, a do aprendizado de participação no processo de planejamento urbano.

O Processo de Revisão do Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro

O Plano Diretor atual de Conceição do Mato Dentro, município localizado no Centro do Estado de Minas Gerais, é do ano de 2003, portanto, já havia ultrapassado o prazo de 10 anos para revisão, conforme preconizado pelo Estatuto da Cidade. Em 2007 houve a

tentativa de revisão da lei, porém sem as conduções e chancelas sociopolíticas que àquele momento o inviabilizaram. Em 2014, em contexto de negociações entre técnicos, no bojo de contrapartidas do Licenciamento Socioambiental do Projeto Minas-Rio, foi realizada a revisão do mesmo, após uma série de tratativas institucionais entre Empresa Mineradora (Anglo American), Prefeitura Municipal e órgãos públicos nas esferas Federal e Estadual, com especial envolvimento do Ministério Público Federal e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU).

Dado inclusive este caráter de diálogo entre o público e o privado, o jurídico e o institucional, o desafio estava na construção de um processo de participação envolvendo a população da sede e especialmente das Vilas e Povoados pertencentes a todos os Distritos, mesmo os mais ruralizados, historicamente distantes das decisões de planejamento socioterritorial. Para isso foi proposta uma metodologia que focasse na ênfase da participação popular, ultrapassando os princípios gerais previstos no Estatuto da Cidade (2001) e customizada, reconhecendo os complexos elos entre conflitos e oportunidades de uso e apropriação social do território, tanto na esfera da população urbana da sede, como naquela localizada dentro das vivências urbanas fragmentadas no território, nas vilas e povoados, conforme ilustra a figura 1, a seguir.

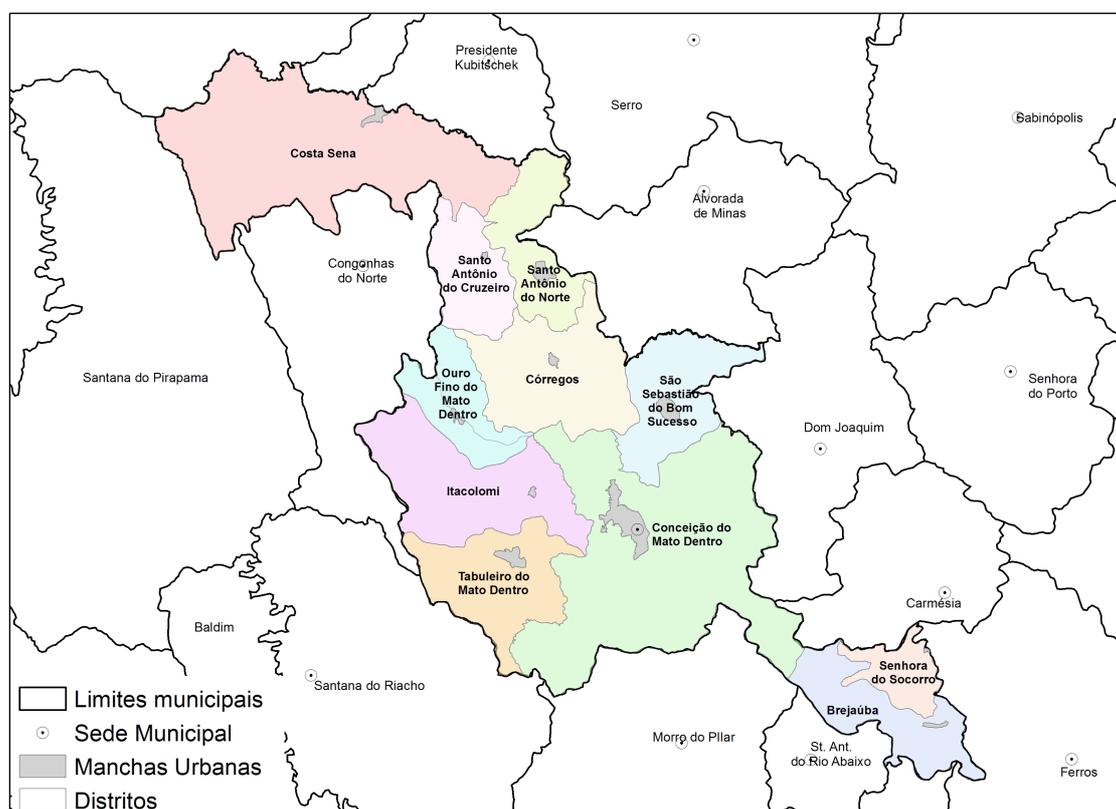


Figura 1 – Mapa do município de Conceição do Mato Dentro, com distritos e Municípios limítrofes.

Fonte: Mello, 2015. Elaboração própria.

No caso de Conceição do Mato Dentro, as equipes técnicas envolvidas na elaboração do Plano Diretor, juntamente com o poder público, elaboraram uma metodologia participativa que procurou mobilizar em massa a sociedade civil, investindo principalmente em ampliar a participação mediante foros e arenas de participação sociocomunitários, buscando alcançar uma parcela representativa da população de todo o Município. Porém muitos desafios surgiram, uma vez que historicamente nunca houve no Município uma experiência como esta, onde a participação popular fosse tão exaltada e valorizada. Sem modelos anteriores e dificultados pela grande extensão territorial e adversos limites físicos na articulação destes contextos socioespaciais, formados por vilas e povoados, procurou-se investir em grande sistema logístico para cobrir e representar esta população socioespacialmente difusa e com estilos e modos de vida particularizados por geografias culturais e econômicas distintas.

A população de Conceição do Mato Dentro hoje transita em mais de 20.000 habitantes em face à redinamização demográfica promovida pelo Projeto Minas Rio. Oficialmente (IBGE, 2010), o município tem 17.908 habitantes, dos quais 68,5% estão concentrados na sede urbana, todos os 31,5% estão dispersos em toda a área rural e nas vilas e povoados dos outros distritos. Ainda em acordo com o IBGE, Conceição do Mato Dentro possui 1.726,830 km² de área subdividida em 11 distritos, incluindo o distrito sede. Percebe-se no município, áreas claramente urbanizadas dispersas no território, em suma, trata-se das sedes dos 11 distritos e outros três povoados. Além destes ocorre a existência de comunidades rurais organizadas que apesar de não possuir um núcleo urbano estabelecido, são importantes na tessitura social e que se organizam, como foi notório no processo de revisão do Plano Diretor, 2014 e 2015.

Construindo a Participação na Revisão do Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro

A Estratégia utilizada para a Mobilização social consistiu em utilizar principalmente o lúdico e o simbólico para sensibilizar e conseguir o envolvimento social. A mobilização se desenvolveu através de “arrastões” lúdicos, com a utilização de alegorias teatrais e músicas. Foi realizada abordagem porta-a-porta com a distribuição de panfletos informativos e diálogo com os moradores, apresentando já antecipadamente o que é o plano

diretor e a importância dele na vida da população. Essa abordagem foi realizada tanto nos distritos e povoados, quanto nos bairros da sede urbana.



Figura 2 – Mobilização Social com alegoria no Distrito de Santo Antônio do Cruzeiro.

Fonte: Tetra Tech, 2014



Figura 3 – Entrega de Panfletos e orientação sobre o Plano Diretor.

Fonte: Tetra Tech, 2014

Toda a metodologia criada foi sendo aprimorada conforme o resultado advindo das ações realizadas em conjunto com a comunidade, adaptando-se às necessidades da população, e até por vezes fora ampliada de forma a garantir a participação de todos. A primeira ação foi promover a compreensão sobre a importância de um Plano Diretor para o município e sobre a importância da participação popular como esfera de cidadania e democracia. Em um segundo momento, procurou-se dar voz à comunidade, garantindo que a população pudesse refletir sobre as problemáticas existentes e fazer os nexos entre problemas vividos e soluções no nível da política e da gestão pública.

Como mais da metade da população está concentrada na Sede Urbana (68,5%) foi necessário dividir o processo de participação em duas vertentes a) Bairros da sede urbana e b) nos assentamentos urbanizados dos distritos. Além disso, esta divisão territorial foi ainda contextualizada por diferentes temáticas, específicas às necessidades e demandas particulares de cada contexto.

A discussão que aconteceu nos bairros da sede urbana teve um viés muito específico, voltado para os problemas urbanos locais em uma escala diferente das vilas e povoados, muito relacionados à melhoria e/ou presença de infraestrutura e serviços urbanos. Já as discussões nos povoados urbanizados dos distritos, tiveram um viés voltado não só para a discussão da falta de infraestrutura, mas também relacionadas às questões socioeconômicas e de diferentes formas de transformação de padrões da vida rural em face à incorporação de valores e estilos de vida urbanos rapidamente incorporados, pela transformação vigorosa destes territórios no contexto da atividade mineiro-industrial, nos quais eram também relacionadas à necessidade de perpetuação de estratégias de preservação cultural e ambiental.

A riqueza deste processo exigiu o desenho de momentos, identificados por ciclos, em que a participação, dada sua incipiência e até mesmo inexistência em processos desta magnitude e natureza, precisavam ser construídos. A estratégia para promover a participação nesse caso, foi realizar em cada um dos povoados urbanizados oficinas que aconteceram em três momentos, ou ciclos, quais sejam:

O Ciclo A – Entendendo o Plano consistiu na apresentação do que é um Plano Diretor e como a sua revisão apontava para seu aprofundamento e aperfeiçoamento, buscando formas de sensibilização e educação para a participação continuada em processos de engajamento social perpetuado.



Figura 4 – Ciclo A das Oficinas Comunitárias, apresentação teatral.

Fonte: Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, 2014

O Ciclo B – Construção Coletiva foi o momento em que a comunidade teve voz e pode expor sua realidade, problemas, desafios e oportunidades, apontando todas as necessidades relacionadas à vida cotidiana e a chamada sociologia do presente em termos da chamada arte de resolver a vida (Ribeiro, 2013), trazendo problemáticas do cotidiano como tematizado em dimensões ou eixos propostos: social, ambiental, econômica e cultural.



Figura 5 – Ciclo B das Oficinas Comunitárias, discussão em grupos.

Fonte: Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, 2014

No Ciclo C – Resultados da Participação foram apresentados os resultados obtidos na construção coletiva, ou seja, os resultados do ciclo anterior, em consonância com a leitura técnica, bem como apresentadas as prioridades definidas pela comunidade de forma particular a cada lugar e também numa perspectiva socioterritorial comparada. Na sequência, a comunidade levantou as causas e efeitos dos principais problemas que enfrentam, para então elaborar diretrizes gerais acerca de como solucioná-los.



Figura 6 – Ciclo C das Oficinas Comunitárias, construção da árvore de problemas.

Fonte: Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, 2014

Os dois primeiros ciclos ocorreram em todas as localidades, seguido do processo de mobilização. Importante observar a distinção entre uma oficina e outra, conforme o seu local de acontecimento. Além de existirem necessidades muito diferentes entre um povoado e outro, a participação também se deu de forma muito distinta. Em alguns lugares, apesar de poucos participantes efetivos, a participação e a organização da população eram notadamente maiores, demonstrando formas sofisticadas e extremamente qualificadas de organização social e participação. Estes casos, principalmente, foram observados nos distritos mais antigos e onde uma população economicamente mais desenvolvida era vigente, evidenciando que a organização da vida social reflete ainda formas outras de desenvolvimento social, com resquícios de um passado ainda presente. Em contraste, em outros lugares, principalmente nos povoados mais distantes da sede urbana, a população era mais aderente, sendo observado um número muito maior de participantes, contudo a participação tornava-se mais dispersa, dificultando a compreensão sobre a realidade local e, sobretudo a localização dos problemas muito relacionados a pautas evidentes, exemplificados em restauros e pequenos consertos, ainda muito individualizados, sem um senso de coletividade implantado.

Garantir a participação muitas vezes não se trata de uma tarefa simples. No caso de Conceição foram encontradas algumas adversidades no processo que merecem ser destacadas. A principal dificuldade já destacada anteriormente foi lidar com a grande extensão territorial do município, que tem um reflexo direto sobre a distância entre a Sede Urbana e as vilas e povoados. As oficinas eram ministradas à noite, de forma a garantir o melhor horário em que a população pudesse participar, porém algumas localidades ficavam em lugares remotos com acessos limitados por estradas precárias de terra e até dificuldades de iluminação a noite. Além disso, não havia a possibilidade de hospedagem no local, nem qualquer infraestrutura, portanto era necessário retornar no mesmo dia, ao final da oficina para a sede urbana. Assim como a equipe técnica, a população que mora em áreas dispersas na zona rural, longe do povoado urbanizado, teve dificuldades de chegar, o que limitou a participação à população moradora do povoado urbanizado, que era dominante em todas as oficinas.

A segunda adversidade encontrada foi a desmotivação geral da população por descrença política ou mesmo inexperiência em processos em que as demandas coletivas fossem uma realidade. Esse é de fato um fantasma nos processos de participação popular nacional em todos os níveis e esferas, do Nacional ao local, e que no caso da experiência com a descentralização, mostra ainda mais sentidos, inclusive por se tratar de uma tentativa de

inclusão da população dominada. Neste caso, o encorajamento (Menegat, 2006), se evidenciava mostrando as dificuldades entre a participação efetiva e a representativa e revelando assimetrias entre participação e tornar realidade as pautas e demandas evidenciadas. Em Conceição, processos de corrupção e má gestão levaram, no passado recente, a título dessa descrença a sucessiva substituição e afastamentos dos Prefeitos, num total de cinco.

Outra adversidade encontrada foi o grande número de crianças nas oficinas, fato que se justifica por duas razões, a ausência de uma pessoa responsável para deixá-los e que, por se tratar de uma abordagem envolvendo arte e teatro, destacando o caráter lúdico do processo, atraía este público. Este processo, se por um lado, evidenciava quase um obstáculo na participação de adultos, por outro revelou uma participação surpreendente de jovens e adolescentes que passaram a se interessar pelas pautas e desafios locais.¹

Como resultados desta etapa, foi notório o reconhecimento da importância da participação no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na sua consolidação como uma espécie de pacto socioterritorial em demandas, reivindicações e políticas pudessem confluir para interesses comuns e públicos. Os resultados deste processo foram sentidos, sobretudo ao final do processo, nos relatos orais. A preocupação em “imersão” a população a um olhar para o Município, mostrando os dados técnicos sobre o município traduzidos em linguagem simplificada e apresentando o território de Conceição a todos, para que pudessem compreender e situar os problemas comuns e, sobretudo de que as soluções pudessem ser analisadas em perspectiva comparada.

No segundo momento, no ciclo B foi proposto que a população pudesse ter a chance de falar e ser ouvida, onde se procurou direcionar a discussões para as quatro dimensões propostas (social, econômica, ambiental e cultural). Nesse momento, a população teve a chance de expor as necessidades que eles reconheciam em seus povoados e no Município como um todo. Foi um momento importante para que a população pudesse se sentir parte do processo, e compreender o papel que ela exerce no processo de revisão do Plano Diretor.

Para orientar a discussão foi proposta uma série de questões, divididas pelas quatro dimensões, conforme Quadro 01:

¹ O Ciclo A das Oficinas tinha o intuito de convocar e sensibilizar a população para participar da construção do Plano Diretor, comparecendo às oficinas. As oficinas foram compostas por uma peça teatral e uma atividade lúdica, além da parte de explanação sobre o que é o Plano Diretor e alguns dados sobre o município que refletem a realidade, conforme leitura técnica. A peça de teatro, a menina do vestido azul, esquete que transmite a mensagem de que é preciso união e participação ativa da sociedade para construção de uma cidade melhor.

Quadro 01 – Descrição dos temas discutidos em cada uma das dimensões abordadas na Oficina Comunitária Ciclo B:

SOCIAL	ECONÔMICO
<p>Habitação: Condições de moradia; Áreas para novas moradias (expansão urbana); Lotes em situação irregular;</p> <p>Infraestrutura e Saneamento: Abastecimento de água; Rede de esgoto; Coleta de lixo; Energia elétrica;</p> <p>Infraestrutura Urbana: Espaços de convívio (parques, praças e áreas de lazer); Acessos (rodovias, ruas, estradas, calçadas e ciclovias); Transporte Público; Iluminação Pública;</p> <p>Qualidade de vida: Educação; Saúde; Segurança Pública.</p>	<p>Atividades Industriais: Mineração; Atrair novos ramos industriais; Indústrias de pequeno porte e não poluentes;</p> <p>Atividades de Turismo: Turismo Ecológico; Turismo de Negócios. Turismo Cultural; Comércio e Serviços;</p> <p>Atividades Agropecuárias: Agricultura familiar; Produção de queijo; Eucalipto familiar; Pecuária.</p>
AMBIENTAL	CULTURAL
<p>Patrimônio Natural: Cachoeiras; Paisagens;</p> <p>Morar e Conservar: Preservação das nascentes, rios e córregos; Preservação da vegetação natural; Unidades de Conservação; Sistema de Áreas Verdes Municipal;</p> <p>Turismo Sustentável: Corredores Ecológicos</p>	<p>Arquitetura (Igrejas e Casas Históricas); Festas Religiosas; Modo de fazer; Culinária e artesanato; Grupos culturais; Turismo</p>

Fonte: Elaboração própria; Compilação das Oficinas Comunitárias: Conceição do Mato Dentro, 2014.

Este foi o momento chave da participação popular, por que ao mesmo tempo em que eram apontadas as necessidades pela população, a própria população já propunha um modo de solucionar o problema, mesmo que sem grande rigor técnico sobre o assunto. Assim, mesmo sem pautas específicas ou soluções concretas, muitas propostas de melhorias foram levantadas, e as soluções construídas.

Foi proposto ao final das Oficinas que a população apontasse as prioridades para o seu lugar e também para o município como um todo. Cabe destacar que a população era dividida em grupos aleatoriamente, e que ao final quando era feita a comparação entre os grupos acerca das prioridades levantadas, em suma, muitos temas e questões eram similares, havendo uma simetria sobre demandas, pautas e reivindicações locais e supralocais. O Quadro

02 organiza as principais prioridades apresentadas entre os distritos, demonstrando aproximações e convergências de problemáticas, demandas e posicionamentos, conforme identificado nos povoados listados a seguir.

Quadro 02 – Síntese das prioridades levantadas nas Oficinas Comunitárias do Ciclo B²:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Saneamento (água/ esgoto/ lixo/ drenagem)													
Mobilidade (acessos, condição das estradas, transporte público)													
Infraestrutura urbana (espaços de convívio/ iluminação pública/ calçadas/ sinalização/ mobiliário urbano)													
Saúde													
Segurança Pública													
Incentivos à agricultura familiar													
Melhorias das formas de renda / emprego													
Reforma de equipamentos (igreja, escola)													
Preservação das nascentes													
Educação (cursos profissionalizantes)													
Crescimento urbano ordenado													
Desenvolvimento sustentável das atividades produtivas													
Planejamento do território													

Fonte: Elaboração própria; Compilação das Oficinas Comunitárias: Conceição do Mato Dentro, 2014.

Observa-se no quadro anterior que as principais prioridades levantadas pelos distritos de forma unânime, dizem respeito às questões básicas de infraestrutura, sobretudo em termos de saneamento ambiental e tratamento e conservação das águas. Quase nenhuma das vilas e povoados possuem sistemas de tratamento de águas e esgoto, bem como projetos de proteção planejada de nascentes e fontes de captação de água. Este fato foi especialmente destacado pela seca atípica que acometeu todo o território municipal. Outro tema destacado foi da mobilidade urbana e territorial expressa não só pela falta de transporte público de qualidade e regular, evidenciado ainda pela má qualidade das estradas e vias, mas, principalmente pelo direito e necessidade humana de ir e vir.

² Povoados urbanizados – Oficinas Ciclo B: (1) Itacolomi; (2) Três Barras; (3) Santo Antônio do Cruzeiro; (4) Santo Antônio do Norte; (5) Capitão Felizardo; (6) Córregos; (7) Brejaúba; (8) Costa Sena; (9) São José do Meloso; (10) São Sebastião do Bom Sucesso; (11) Ouro Fino; (12) Tabuleiro; (13) Senhora do Socorro.

Finalizado o Ciclo B das Oficinas Comunitárias, o desafio encontrado foi da transformação dos problemas apontados pela comunidade em diretrizes e ainda como realizar essa transformação de forma participativa, garantindo a transparência e o envolvimento da população, assim como nas demais etapas. Para garantir a forma participativa, no momento do ciclo B foram eleitos dois representantes comunitários de cada localidade, para realização da Oficina do ciclo C.

Através da combinação de diferentes metodologias participativas foram aprofundados e convertidos os problemas e demandas em diretrizes e estratégias. Após o ciclo C, foi promovida oficina técnico-comunitária, na qual foram apresentadas as estratégias já consolidadas do Novo Plano Diretor, evidenciando além das políticas sociais setoriais, aquelas relativas ao planejamento territorial, expressas no Macrozonamento Municipal e no Zoneamento Urbano. Notadamente, essa etapa possui uma tradução mais técnica, sobretudo quando versa sobre mecanismos urbanísticos e de gestão urbana. No entanto, a restituição conduzida pelo técnico e afeita à apreciação dá transparência e credibilidade aos processos de construção coletiva, evidenciando a importância de que o que é estratégico seja, sobretudo, social (Vainer, 2002).

Observou-se que o resultado do processo levou a população a acreditar no Plano de tal forma a representá-lo como seu, ou seja, uma apropriação legítima e social do processo de planejamento urbano, em que cada vez mais a população entendia não somente o sentido da participação, mas dos seus ganhos em termos de garantir sua presença nas decisões e diretrizes. Para além e como parte dos interesses públicos, outrora negligenciados, a participação popular ganha robustez no conjunto das configurações históricas, nos termos das chamadas forças ocultas da cidade, traduzidas no aprofundamento do sentido público de prioridades e demandas, destacando a função social das demandas e oportunidades.

Desideratos Sociopolíticos: politização popular como oportunidade de transformação socioterritorial

O processo de participação popular concebido no bojo da revisão do Plano Diretor Municipal de Conceição do Mato Dentro demonstrou que a participação popular é um processo vivo e dinâmico, que não se encerra em Oficinas Participativas, encontros e Audiências Públicas formais, mas, sobretudo na construção continuada de um processo de planejamento e gestão territoriais. As conquistas, nascidas dos muitos desafios históricos, de políticas e de novas formas de participação, passam a ser tratadas como peças e fios

condutores de uma teia espessa de desejos, aspirações e esperanças (Harvey, 2004), ou seja, desideratos sociopolíticos que devem se enraizar na constituição da vida social. Muitas questões só vieram à tona com o envolvimento da população e a compreensão das necessidades apontadas durante o processo de participação popular nas oficinas comunitárias. Além de possibilitar o entendimento sobre o que de fato é considerada prioridade para a população, quais as necessidades prementes que devem ser destacadas estrategicamente na lei.

É sabido que a Lei do Plano Diretor possui suas limitações, como o principal instrumento diretivo e estratégico que abarca todas as temáticas, o novo entendimento sobre este instrumento é de uma visão menos tecnocrática e mais democrática. Nesse contexto, em suas formas de viabilização foi criado para o Município de Conceição do Mato Dentro as diretrizes para a realização posterior de Planos Locais no âmbito de cada um dos distritos, em outra escala de aproximação do território e da vida sociocomunitária. Entretanto, por meio da participação popular, foi possível garantir em forma de diretrizes as principais estratégias e prioridades para cada um dos distritos em suas especificidades na Lei do Plano Diretor, com o intuito de direcionar os Planos Locais. Outra novidade no sentido de trazer para a esfera e microcosmo da vida cotidiana a dimensão das pautas mais amplas nascidas no processo de participação na esfera dos Distritos.

Porém, a cidade é um processo vivo e não existe nenhuma lei completamente adequada, inclusive o Plano Diretor que seja, se não houver após a sua aprovação, a gestão social e participação popular no seio das tomadas de decisões e focos das políticas, ações e intervenções, capazes de traduzir as demandas em transformações da vida social e da garantia do bem público e, principalmente da qualidade de vida e do alargamento e aprofundamento das esferas da participação. Essa gestão deve acontecer não só pelo poder público local, mas também pela população em geral: “*A participação democrática é, pelo contrário, aquela em que os grupos diretamente envolvidos participam efetivamente na concepção, planejamento, execução e monitoramento das ações do Estado em tudo que diz respeito à cidade*” (SILVA et al, 2009: 113).

O modelo de participação popular proposto para o município de Conceição do Mato Dentro, procurou destacar essas formas e nuances durante todo o processo, empoderando a população sobre a gestão da cidade. Uma das formas concretas de destaque no processo se deu a partir dos Conselhos, em especial o Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial que foi criado justamente com o propósito de acompanhar o

processo e garantir a sua legitimidade e que agora terá um papel fundamental sobre a gestão do mesmo. No sentido de que:

”Todos os cidadãos têm o direito e dever de intervir na realidade de seu município. A democratização deste processo é fundamental para romper esse círculo vicioso e transformá-lo num processo compartilhado por todos os atores, para que o planejamento deixe de ser uma solução apenas técnica e ser convertido em resultados de articulação política entre os atores que modelam e transformam o espaço urbano”
(FRANÇA, 2006: 8).

Toda a riqueza do processo coaduna-se nas abordagens propostas e na construção de formas de participação enquanto um processo de construir-construindo, perpetuando novos sentidos e modelos para as formas de conceber as políticas públicas de cunho territorial no Brasil. Neste sentido, Lacerda (1999) afirma que as formas históricas de atuar no espaço público se ressignificam enquanto conjunto de propostas de participação em que a materialização de ações sociais reinstauram novas temporalidades aos processos de se fazer planejamento urbano.

Tendo em vista que a cidade é resultado da ação de diversos atores que nela vivem, fica evidente que somente por meio do envolvimento da comunidade é possível cumprir a função social da cidade, bem como, somente com o envolvimento da população é possível traçar um planejamento de ações que traduzam necessidades socioterritoriais. Essas devem ser as principais premissas de um processo de planejamento urbano em que o plano é apenas um marco simbólico, onde os desideratos sociopolíticos de uma gestão se expressam no aprendizado da experiência de participação popular e na centralidade do planejamento. Estes, por sua vez entendidos como grande instrumento de justiça socioterritorial, promovendo reequilíbrios nos amplos déficits históricos de participação pública no Brasil, bem como, nos resultados a serem aprofundados no futuro imediato da gestão territorial de Conceição do Mato Dentro.

Referências Bibliográficas:

BRUNETT, Carlos Frederico Lago (2009). Da Tragédia Urbana à farsa do urbanismo reformista: A Fetichização dos Planos Diretores Participativos. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão (Tese de Doutorado em Políticas Públicas).

FILHO, João Telmo de Oliveira (2009). A participação popular no planejamento urbano: a experiência do Plano Diretor de Porto Alegre. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves França (2006) A Participação Popular nos Planos Diretores Municipais: uma estratégia de gestão democrática. Aracaju – SE. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/planos_diretores_e_participacao_popular.pdf>

HARVEY, David (2004). Espaços de Esperança. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola. 382 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2010. Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/>>. Acessado em: Julho de 2011.

LACERDA, N. (1999). Revendo o passado, vivendo o presente, construindo o futuro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), São Paulo, v. 1, p. 38-44, 1999.

MARICATO, Erminia (2005). O que esperar dos Planos Diretores? Rede Plano Diretor, Ministério das Cidades, v. 1.

MENEGAT, Elizete (2006) A Totalidade e a Cegueira: Ensaio sobre os limites dos paradigmas de análise da cidade e do fenômeno no mundo ocidental. São Paulo. IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1086/1061>>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (2013). Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço – Vol 3. Editor: João Baptista Pinto. Revisão: Comissão Organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital. 125p.

SALEME, Edson Ricardo; SILVA, Solange Teles da (2008). Plano Diretor, Participação Popular e Responsabilidades. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/edson_ricardo_saleme.pdf>

SANTOS JR., Orlando Alves dos (2009). Políticas Públicas, Arenas e Atores Sociais: o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a Agenda pelo Direito à Cidade. Florianópolis/ SC: Anais do XIII ENANPUR.

SILVA, Heitor de Andrade, MORAIS, Maria Cristina de Moraes, TEIXEIRA Rubenilson Brazão (2009). Planejamento urbano e Participação Popular: Experiência de ensino e extensão no Bairro Ponta Negra, Natal/RN. Revista e pesquisa em arquitetura e urbanismo. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco9-pdf/02_art06_risco9.pdf>.

TETRATECH (2014). Plano Diretor Participativo de Conceição do Mato Dentro. São Paulo/ Belo Horizonte (Documento Técnico Versão Draft e Pré Projeto de Lei apresentado á Prefeitura de Conceição do Mato Dentro).

TONELLA, Celene (2009). O sistema de Desenvolvimento Urbano no Brasil e a Participação Popular 20 anos após a promulgação da Constituição Federal. Florianópolis/ SC. Anais do XIII ENANPUR.

VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia (2002) A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Ed. Vozes 3º edição. 96 p.

VILLAÇA, Flávio (2005). As Ilusões do Plano Diretor. Disponível em: < <http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf> >